

**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS  
DIREÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA

## **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO E CONCEÇÃO DA PLATAFORMA MADEIRA - COMUNIDADES**

**PROCESSO N.º DRI-06/CP/2025**

### **PROGRAMA DE CONCURSO**

DRI-900.20.001-2.2/2



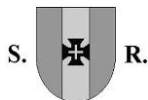


**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS  
DIREÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA

## Índice

Artigo 1.º	4
Identificação do procedimento	4
Artigo 2.º	4
Entidade adjudicante	4
Artigo 3.º	4
Órgão que tomou a decisão de contratar	4
Artigo 4.º	4
Fundamentação da escolha do procedimento	4
Artigo 5.º	4
Concorrentes	4
Artigo 6.º	5
Órgão competente para prestar esclarecimentos	5
Artigo 7.º	5
Plataforma eletrónica e consulta das peças do concurso	5
Artigo 8.º	5
Documentos que constituem a proposta	5
Artigo 9.º	6
Idioma dos documentos da proposta	6
Artigo 10.º	6
Negociação das propostas	6
Artigo 11.º	6
Apresentação de propostas variantes ou propostas para parte do fornecimento	6
Artigo 12.º	6
Prazo e modo de apresentação da proposta	6
Artigo 13.º	6
Prazo da obrigação de manutenção das propostas	6
Artigo 14.º	6
Critério de adjudicação e de desempate	6
Artigo 15.º	7
Análise das Propostas	7
Artigo 16.º	7
Motivos de Exclusão das Propostas	7
Artigo 17.º	7
Documentos de habilitação	7
Artigo 18.º	8
Modalidade jurídica do Agrupamento Adjudicatário	8

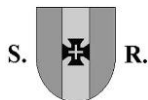




**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS  
**DIREÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA**

Artigo 19.º.....	8
Outorga do contrato e despesas .....	8
Artigo 20.º.....	9
Prevalência .....	9
Artigo 21.º.....	9
Legislação aplicável .....	9
Artigo 22.º.....	9
Documentos Integrantes .....	9
<b>ANEXO I-M .....</b>	<b>10</b>
<b>MODELO DE DECLARAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>ANEXO II-M .....</b>	<b>11</b>
<b>MODELO DE DECLARAÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>ANEXO EP .....</b>	<b>12</b>
<b>ESTRUTURA DE PREÇOS .....</b>	<b>12</b>





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS  
DIREÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA

**Artigo 1.º**  
**Identificação do procedimento**

1. Referência e designação: **Processo n.º DRI-06/CP/2025 – Aquisição de Serviços para o Desenvolvimento e Conceção da Plataforma Madeira - Comunidades.**
2. Tipo de procedimento: Concurso público ao abrigo do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (adiante designado por CCP), conjugado com o disposto no artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, ambos na sua redação atual.
3. O concurso tem por objeto principal a contratação de serviços de desenvolvimento aplicacional tendo em vista o desenvolvimento e conceção de um sistema de informação de suporte a todas as necessidades de apoio ao emigrante – Plataforma Madeira - Comunidades, nos termos definidos no Caderno de Encargos.
4. O objeto do contrato corresponde à seguinte classificação: 72421000-7 Serviços de desenvolvimento de aplicações para clientes de Internet ou intranet, do CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos).

**Artigo 2.º**  
**Entidade adjudicante**

1. A entidade adjudicante é a Região Autónoma da Madeira, através da Direção Regional de Informática (DRI) da Secretaria Regional das Finanças, pessoa coletiva n.º 671001310, com sede à Azinhaga do Poço Barral, n.º 23, Edifício Funchal Business Center, piso 1, 9000-638 Funchal, com o número de telefone 291 145 190, com o endereço eletrónico: [dri@madeira.gov.pt](mailto:dri@madeira.gov.pt) e plataforma eletrónica a utilizar neste procedimento: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).
2. Os contactos para todas as formalidades respeitantes ao presente concurso são assegurados através da plataforma eletrónica indicada no número anterior.

**Artigo 3.º**  
**Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada pela Sr.ª Diretora Regional de Informática, em 04.02.2025, no uso de competência própria, estabelecida na alínea a) do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2022/M, de 12 de janeiro, conjugado com os artigos 36.º e 38.º do CCP.

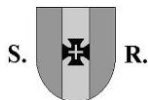
**Artigo 4.º**  
**Fundamentação da escolha do procedimento**

A escolha do procedimento de concurso público, foi feita tendo por base o valor do contrato a celebrar, em conformidade com o artigo 18.º e alínea b), do n.º 1, do artigo 20.º do CCP.

**Artigo 5.º**  
**Concorrentes**

As entidades apenas podem ser concorrentes ao presente concurso ou integrar qualquer agrupamento se não se encontrarem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP e no artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, ambos na sua redação atual.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS  
DIREÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA

**Artigo 6.º**

**Órgão competente para prestar esclarecimentos**

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento deverão ser solicitados, pelos interessados, na plataforma eletrónica acinGov, e serão prestados pelo júri do procedimento, nos termos do artigo 50.º do CCP.

**Artigo 7.º**

**Plataforma eletrónica e consulta das peças do concurso**

1. O presente concurso é tramitado na plataforma eletrónica acinGov, disponível no seguinte acesso: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).
2. As peças do concurso são integralmente disponibilizadas, de forma completa e gratuita, na plataforma eletrónica de contratação pública indicada no número anterior, devendo cada interessado, para o efeito, efetuar nela o respetivo registo, nos termos do n.º 2 do artigo 23.º e do n.º 3 do artigo 28.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

**Artigo 8.º**

**Documentos que constituem a proposta**

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:
  - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, elaborada em conformidade com o modelo **Anexo I-M** do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto – Anexo I-M ao presente Programa de Concurso;
  - b) **Proposta de Preço**, apresentada nos termos definidos no **Anexo EP** do presente Programa de Concurso. Os preços constantes da proposta devem ser indicados em euros, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado e devem ser apresentados em algarismos com arredondamentos a 2 (duas) casas decimais e por extenso, conforme exigido na estrutura de preços definida no referido anexo;
  - c) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere pertinentes ao esclarecimento da proposta.
2. Os concorrentes devem assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que se lhe associarem, através de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, comprovando os seus poderes de representação e assinatura do assinante.
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, devem os concorrentes submeter na plataforma um documento eletrónico que ateste o poder de representação e assinatura do assinante.
4. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos da proposta, devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
5. O carregamento dos documentos que constituem a proposta e a respetiva submissão na plataforma deverá ser feito através de assinatura eletrónica qualificada dos concorrentes ou seus representantes, nos termos do disposto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS  
DIREÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA

**Artigo 9.º**

**Idioma dos documentos da proposta**

1. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, com exceção dos folhetos e manuais técnicos que podem ser entregues em língua inglesa.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deverão ainda integrar os documentos da proposta:
  - a) Tradução devidamente legalizada de tais documentos;
  - b) Declaração de aceitação da prevalência da tradução, para todos e quaisquer efeitos, sobre quaisquer documentos originais, que se encontrem redigidos em língua estrangeira.

**Artigo 10.º**

**Negociação das propostas**

Não haverá lugar à negociação das propostas.

**Artigo 11.º**

**Apresentação de propostas variantes ou propostas para parte do fornecimento**

1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
2. Não são admitidas propostas para parte do fornecimento.

**Artigo 12.º**

**Prazo e modo de apresentação da proposta**

1. As propostas devem ser apresentadas diretamente na plataforma eletrónica indicada no Artigo 2.º deste Programa de Concurso **até às 17:00 horas do 12.º (décimo segundo) dia** a contar da data do envio do anúncio ao Serviço de Publicações do Diário da República.
2. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número anterior, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 62.º do CCP.

**Artigo 13.º**

**Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

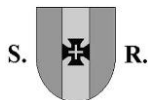
O prazo da obrigação da manutenção das propostas é de **120 (cento e vinte) dias**, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

**Artigo 14.º**

**Critério de adjudicação e de desempate**

1. A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade monofator, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, tendo em conta o mais baixo preço apresentado pelos concorrentes no **Anexo EP** deste Programa de Concurso.





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS  
**DIREÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA**

2. Em caso de empate, será efetuado um sorteio com a presença de todos os concorrentes e membros do Júri, lavrando-se no final do mesmo uma ata que será assinada por todos os presentes.
3. O sorteio será realizado através da colocação de um papel, idêntico por cada concorrente a concurso, com os respetivos nomes, que serão colocados dentro de um recipiente opaco e vencerá o 1.º nome a ser retirado.

**Artigo 15.º**  
**Análise das Propostas**

1. As Propostas são analisadas de acordo com o critério de adjudicação indicado no artigo anterior.
2. Caso tal se revele justificável, o Júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as Propostas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
3. No caso referido no número anterior, os esclarecimentos deverão ser prestados pelos concorrentes num prazo máximo de **5 (cinco) dias**.

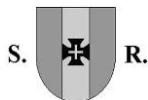
**Artigo 16.º**  
**Motivos de Exclusão das Propostas**

Sem prejuízo das demais causas de exclusão de propostas, previstas no presente programa e no n.º 2 do artigo 70.º e no n.º 2 do artigo 146.º, ambos do CCP, as propostas serão ainda excluídas caso não sejam prestados pelos concorrentes os esclarecimentos pedidos pelo Júri, nos termos dos n.os 2 e 3 do artigo anterior.

**Artigo 17.º**  
**Documentos de habilitação**

1. O adjudicatário deve apresentar, na plataforma [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da decisão de adjudicação os documentos de habilitação referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP e no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, a saber:
  - a) Declaração em conformidade com o modelo constante do Anexo II-M ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto;
  - b) Documento(s) comprovativo(s) de que se encontra com a sua situação regularizada em relação a dívidas por impostos ao Estado Português e à Região Autónoma da Madeira;
  - c) Documento(s) comprovativo(s) de que se encontra em situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a segurança social em Portugal;
  - d) Documento(s) comprovativo(s) de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP (certificados do registo criminal ou, na sua falta, documento equivalente de acordo com o n.º 1 do artigo 83.º-A do CCP);
  - e) Documento comprovativo da submissão da declaração efetuada no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), nos termos do disposto nos artigos 37.º e 38.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na redação atual, ou documento equivalente emitido no Estado em que seja nacional ou em que se situe o seu estabelecimento principal, sempre que ao mesmo esteja vinculado.
2. Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na Região Autónoma da Madeira o adjudicatário está ainda obrigado a fazer prova do cumprimento das





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS  
**DIREÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA**

obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, apresentando os seguintes documentos no prazo previsto no número anterior:

- a) Última Declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira;
  - b) Última Declaração de rendimentos e retenções residentes (modelo 10 e DMR);
  - c) Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
  - d) Anexo R da última declaração periódica do IVA.
3. O adjudicatário que não esteja legalmente obrigado ao cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira deve apresentar declaração de compromisso de honra subscrita por quem o obriga, referindo expressamente essa situação.
4. O adjudicatário deverá, ainda, no mesmo prazo, entregar os seguintes elementos indispensáveis à outorga do contrato:
- a) Certidão da Conservatória do Registo Comercial ou certidão permanente (código de acesso);
  - b) Identificação completa (através da cópia do B.I./C.C.) e indicação da residência da(s) pessoa(s) que assinará(ão) o contrato, qualidade que intervém(êm), com junção do(s) documento(s) que atribui(em) poderes para o efeito.
5. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos nas alíneas b) a d) do n.º 1 se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.
6. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
7. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º do CCP.
8. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, este tem o prazo adicional de **2 (dois) dias úteis** para os suprimir, a contar da notificação pela entidade adjudicante.

### **Artigo 18.º**

#### **Modalidade jurídica do Agrupamento Adjudicatário**

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária nos termos do n.º 4 do artigo 54.º do CCP, devendo cumprir com o estipulado do n.º 5 do artigo 57.º do CCP sob pena de exclusão da proposta ao abrigo da alínea e), do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

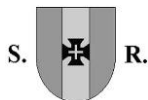
### **Artigo 19.º**

#### **Outorga do contrato e despesas**

1. O contrato resultante do presente procedimento será reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático, com a aposição de assinaturas eletrónicas no prazo máximo de **30 (trinta) dias** após a aceitação da minuta pelo adjudicatário.
2. Todas as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato, nomeadamente de natureza fiscal e decorrentes do visto do Tribunal de Contas, são da responsabilidade do adjudicatário.







**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS  
DIREÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA

**Artigo 20.º**  
**Prevalência**

As normas do presente Programa de Concurso prevalecem sobre quaisquer indicações constantes do anúncio com elas desconformes e, nos termos do artigo 51.º do CCP, as normas constantes deste Código prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

**Artigo 21.º**  
**Legislação aplicável**

Em tudo o mais não previsto no presente Programa de Concurso e no Caderno de Encargos rege o constante no CCP, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, ambos na sua redação atual, bem como as disposições legais e regulamentares aplicáveis de acordo com a natureza dos bens ou/e serviços a contratar.

**Artigo 22.º**  
**Documentos Integrantes**

Fazem parte integrante do presente Programa de Concurso, os seguintes documentos:

- a) **Anexo I-M** [modelo de declaração a que se refere o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto];
- b) **Anexo II-M** [modelo de declaração a que se refere o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto];
- c) **Anexo EP** [Estrutura de Preços].





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS  
DIREÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA

**ANEXO I-M**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**

*[a que se refere o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto]*

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

- a) .....  
b) .....

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II -M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

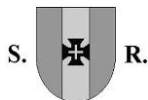
(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS  
DIREÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA

**ANEXO II-M**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**

*[a que se refere o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto]*

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

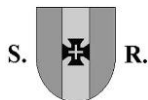
(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º





**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL  
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS  
DIREÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA

**ANEXO EP**  
**ESTRUTURA DE PREÇOS**

Os preços da proposta (que incluem o valor dos serviços em conformidade com o Caderno de Encargos e quaisquer outros encargos associados, deverão ser apresentados nos seguintes termos:

**VALORES SEM IVA**

Item	Descrição	Qtd.	Preço unitário	Preço Total
1	Serviços para o Desenvolvimento e Conceção da Plataforma Madeira - Comunidades		€	€
Preço contratual total (Numérico)				

Preço total sem IVA (extenso): \_\_\_\_\_

Valor do IVA e taxa aplicável: \_\_\_\_\_ (numérico)

Valor total da proposta com IVA: \_\_\_\_\_ (numérico)

